

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 331547-7 (NPU 0003199-94.2014.8.17.0000)

Agravante: Plano de Saúde UNIMED Recife  
Agravada: Maria do Carmo Ramos Araújo Cavalcanti  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**ACÓRDÃO**

EMENTA: DIREITO CIVIL. PLANOS DE SAÚDE. AUMENTO ABUSIVO. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA NORMA PROTETIVA DO IDOSO. CONFIRMADA A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PARA SUSPENDER OS AUMENTOS ATÉ O MOMENTO DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

1 – O art. 15, §3º do Estatuto do Idoso (*é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade*) impede a aplicação de aumentos nas mensalidades dos planos de saúde em decorrência da progressão dos anos de vida do idoso.

2 – O consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base exclusivamente na mudança de faixa etária, até mesmo por efeito reflexo da Constituição Federal que estabelece norma de defesa do idoso no art. 230.

3 – conforme posicionamento consagrado no âmbito do STJ, o surgimento de norma cogente (impositiva e de ordem pública), posterior à celebração do contrato de trato sucessivo, como acontece com o Estatuto do Idoso, impõe-lhe aplicação imediata, devendo incidir sobre todas as relações que, em execução contratual, realizarem-se a partir da sua vigência, abarcando os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do mencionado Estatuto.

4 – Recurso não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o Recurso de Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 331547-7, em que figura como Agravante Plano de Saúde UNIMED Recife e como Agravada Maria do Carmo Ramos Araújo Cavalcanti, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28-1-2014

  
Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 331547-7 (NPU 0003199-94.2014.8.17.0000)

Agravante: Plano de Saúde UNIMED Recife  
Agravada: Maria do Carmo Ramos Araújo Cavalcanti  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental manejado pela UNIMED Recife em desfavor de decisão oriunda desta relatoria (fls. 93/94) que deu provimento ao agravo de instrumento interposto por Maria do Carmo Ramos Araújo Cavalcanti, em face de despacho com conteúdo de decisão interlocutória proferido pelo juízo da 23ª Vara Cível da Capital, que postergou o exame do pedido de tutela antecipada para momento posterior ao oferecimento da contestação.

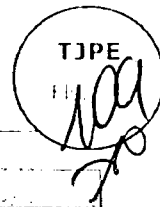
Em seu recurso (fls. 97/99), a agravante sustenta que a decisão exarada monocraticamente não atacou as preliminares apresentadas pela parte ré, quais sejam: a) defeito na formação do instrumento do agravo consistente na ausência de cópia da intimação do ré relativamente à decisão agravada (art. 525, I do CPC); b) a legalidade do aumento por faixa etária; e c) inaplicabilidade do Estatuto do Idoso aos contratos firmados antes de sua vigência. Ademais, afirma que a cooperativa está aplicando reajuste legal ao plano agravado, que fora firmado antes da vigência do estatuto do idoso, não caracterizando qualquer abusividade.

**É o relatório.**

Independendo o feito de pauta, trago em mesa para apreciação e julgamento.

Recife, 28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno  
Relator



**3ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 331547-7 (NPU 0003199-94.2014.8.17.0000)

Agravante: Plano de Saúde UNIMED Recife  
Agravada: Maria do Carmo Ramos Araújo Cavalcanti  
Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno

**VOTO**

Inicialmente, destaco que, em reverência ao princípio da fungibilidade das formas<sup>1</sup>, conheço do recurso de agravo regimental em apreço como agravo legal (art. 557, §1º do CPC), já que a peça recursal em análise desnuda irresignação desferida contra decisão terminativa e não decisão interlocutória.

Por outra via, o panorama dos autos, desde o julgamento monocrático consubstanciado na decisão de fls. 93/94, em nada se alterou, motivo pelo qual são bastantes as razões utilizadas para o deferimento monocrático dos pedidos formulados na inicial do agravo de instrumento.

Reproduzo-as:

À partida, cuido de afastar a preliminar de defeito na formação do instrumento do agravo.

Nesse aspecto, cumpre esclarecer que a autora acostou aos autos (fl. 07) cópia da publicação do ato decisório impugnado, realizada, inclusive, em nome da parte ré.

Por outro lado, convém destacar que a decisão recorrida foi a mesma que ordenou a citação do réu (fl. 07), momento a partir do qual este passaria a integrar o polo passivo da demanda, e, ato contínuo, começaria a ser intimado dos atos processuais através seu advogado devidamente constituído. Como se pode perceber, justamente por ainda não possuir o réu, àquela altura, causídico no patrocínio de sua defesa, a publicação do ato decisório impugnado deu-se exclusivamente no nome do patrono da autora.

<sup>1</sup> CPC

Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

Deveras, a demandante não municiou o instrumento de seu recurso com cópia da citação/intimação do recorrente acerca da decisão agravada justamente porque tal ato não havia sido concretizado àquele momento.

Logo, impossível reconhecer o defeito no instrumento indicado pelo réu, ora agravante, pois, como é evidente, não se pode exigir da autora a apresentação documento inexistente à época de manejo da peça recursal.

Ultrapassada a preliminar concernente à forma do recurso, ruma-se à apreciação do mérito.

Como é cediço, o art. 15, §3º do Estatuto do Idoso (*é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade*) impede a aplicação de aumentos nas mensalidades dos planos de saúde em decorrência da progressão dos anos de vida do idoso.

Nesse ponto, é válida a lembrança de que, diversamente do que prega a parte ré, ora agravante, mesmo os contratos de plano de saúde celebrados em momento anterior à edição do Estatuto do Idoso devem observar as limitações por este implementadas, já que tal diploma normativo encerra norma de ordem pública e, bem por isso, de caráter imperativo, sendo inafastável a sua incidência nos contratos anteriores à sua vigência.

Assim, o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base exclusivamente na mudança de faixa etária, até mesmo por efeito reflexo da Constituição Federal que estabelece norma de defesa do idoso no art. 230.

E não há de se falar em direito adquirido a uma cláusula abusiva, pois não há direito adquirido a abuso. Não há como se legitimar, através da figura do direito adquirido, um ato abusivo, pois se é abuso do direito, se é contrário ao sistema, será contrário ao direito antes ou depois de a lei nova positivar alguns dos valores de ordem

*B.*

pública, antes ou depois de a lei nova procurar esclarecer as aplicações práticas de algum princípio<sup>2</sup>, como o da proteção do idoso (art. 230 da CF/88), que sempre esteve presente no ordenamento jurídico brasileiro, antes ou depois da edição da norma protetiva do idoso.

Trata-se de vedar a discriminação do idoso em razão da idade, o que impede especificamente o reajuste das mensalidades dos planos de saúde que se derem por mudança de faixa etária a envolver idosos.

Nesse sentido, é válido ressaltar que o Estatuto do Idoso é posterior ao contrato celebrado entre as partes. Todavia, conforme posicionamento consagrado no âmbito do STJ, o surgimento de norma cogente (impositiva e de ordem pública), posterior à celebração do contrato de trato sucessivo, como acontece com o Estatuto do Idoso, impõe-lhe aplicação imediata, devendo incidir sobre todas as relações que, em execução contratual, realizarem-se a partir da sua vigência, abarcando os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do mencionado Estatuto.

Veja-se:

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA E DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PERDAS E DANOS. SEGURO SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADES EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. CONTRATO CELEBRADO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 9656/98 E DO ESTATUTO DO IDOSO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

1. O surgimento de norma cogente (impositiva e de ordem pública), posterior à celebração do contrato de trato sucessivo, como acontece com o Estatuto do Idoso, impõe-lhe aplicação imediata, devendo incidir sobre todas as relações que, em execução contratual, realizarem-se a partir da sua vigência, abarcando os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do Estatuto do Idoso.

2. O consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base exclusivamente na mudança de faixa etária.

(...)

4. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.

(REsp 1228904/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 08/03/2013) – *Grifos Nossos*

*31.*

<sup>2</sup> MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005, p. 644/645.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE MENSALIDADE POR FAIXA ETÁRIA. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282/STF E 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LEI Nº 9.656/98. APLICABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

5. A orientação jurisprudencial desta Corte é firme no sentido de que é abusiva a cláusula contratual que prevê o reajuste da mensalidade de plano de saúde com base exclusivamente em mudança de faixa etária, sendo irrelevante que o contrato tenha sido celebrado antes da vigência do Estatuto do Idoso, da Lei nº 9.656/98 ou do Código de Defesa do Consumidor.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.898/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 25/11/2013) – *Grifos Nossos*

À luz de tais considerações, voto no sentido de confirmar a liminar concedida às fls. 59/60, de maneira a **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo Regimental, para conservar a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, a fim de manter a suspensão, até o momento da prolação da sentença, do aumento aplicado pela ré, a partir agosto de 2013, às mensalidades pagas pela autora em decorrência de contrato de plano de saúde.

Recife, 28-12-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator